

PARECER JURÍDICO

Projeto de Lei Complementar nº 11/2022

Autor(a): Executivo Municipal

Assunto: "Dá nova redação ao artigo 7º da Lei Complementar nº 330, de 30 de março de 2022, conforme especifica".

1. RELATÓRIO

Cuida-se de projeto de lei, de ordem do Exmo. Prefeito Municipal, com a finalidade de alterar a Lei Municipal Complementar nº 330/2022, em seu art. 7º.

Justifica em sua exposição de motivos, que a proposta visa apenas uma regularização na redação "artigos" do projeto, onde se constou artigo 92 e 93 – A, para artigo 94 e 95 – A".

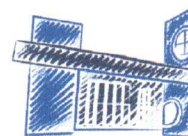
É o relatório.

2. ANÁLISE JURÍDICA

2.1. Exame de Admissibilidade

Adentrando na análise da proposição legislativa propriamente, observa-se que o projeto encontra-se em conformidade com a técnica legislativa, estando de acordo com a legislação aplicável.

Com efeito, por força do art. 59, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil 1988 – CRFB/88 cabe à Lei Complementar dispor sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. Obedecendo a essa determinação constitucional, o legislador aprovou a LC nº. 95/1998 que assim dispõe:



Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:

I - a unidade básica de articulação será o artigo, indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;

II - os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou em incisos; os parágrafos em incisos, os incisos em alíneas e as alíneas em itens;

III - os parágrafos serão representados pelo sinal gráfico "§", seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste, utilizando-se, quando existente apenas um, a expressão "parágrafo único" por extenso;

(grifo nosso)

Desse modo, observa-se que a proposição legislativa em comento encontra-se de acordo com a supracitada Lei Complementar.

Além disso, cumpre destacar que o projeto de lei está redigido em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, estando devidamente subscrito por seu autor, além de trazer o assunto sucintamente registrado em ementa, tudo na conformidade com o RICMC.

A distribuição do texto também está dentro dos padrões exigidos pela técnica legislativa, não merecendo reparo.

2.3. Da legalidade

Quanto a iniciativa, trata-se de matéria atinente ao regime funcional dos servidores, encartada na competência legislativa privativa do Chefe do Poder Executivo, à luz do que dispõe o artigo 61, § 1º, inciso II, "c" da Carta da República, aplicado por analogia, aos municípios, razão pela qual, é competente o autor para propor o referido projeto de lei.

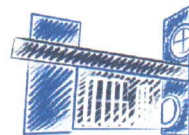
Quanto à propositura cumpre destacar que é bem verdade que o Município tem competência para organizar a sua estrutura organizacional, o seu funcionalismo, bem como para definir o modelo estruturante da administração pública, com vistas na melhor prestação de serviços de sua alçada (art. 30, I, CRFB/88) já que consectário da autonomia administrativa.



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

ESTADO DE SÃO PAULO



Portanto não há óbice de ordem legal e constitucional quanto a sua tramitação, eis que se trata apenas de alteração no numeral dos artigos.

3. CONCLUSÃO

Nesse sentido, opino pela LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE do projeto de lei complementar nº 11/2022, devendo, outrossim, ser encaminhado na forma regimental à comissão permanente de Justiça e Redação, e, se o caso, ser enviado à Plenário, para discussão e votação, eis que é o órgão soberano dessa E. Casa de Leis.

É o entendimento, s.m.j.

Cordeirópolis, 18 de maio de 2022.


Gleicy Kelli Zaniboni Marques da Silva
Diretora Jurídica



PREFEITURA MUNICIPAL
DE CORDEIRÓPOLIS

Lei Complementar nº 330
de 30 de março de 2022.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E QUADRO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

O **Prefeito do Município de Cordeirópolis**, Estado de São Paulo usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, **faz saber** que **Câmara Municipal de Cordeirópolis** aprovou e ele promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º – Fica alterada a Lei Complementar nº 281, de 22.07.2019, que dispõe sobre a organização administrativa, na Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, a organização administrativa, como segue:

Art. 2º – O artigo 55 da Lei Complementar 281/19 passa a vigorar da seguinte forma:

SEÇÃO IV
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA (SMJC)

Art. 55) - A Secretaria de Justiça e Cidadania é composta das seguintes unidades administrativas:

I - Gabinete do Secretário;

I.1 – Coordenadoria Administrativa (CA/CMJC);

I.1 – Coordenadoria de Sindicância. (CS/CMJC);

I.2 – Coordenadoria de Atos Normativos (CN/CMJC).

II – Diretoria de Habitação e Regularização Fundiária (DH/SMJC);

II.1 – Coordenadoria de Regularização Fundiária; (CR/SMJC)

II.2 – Coordenadoria de Acompanhamento Social.(CA/CMJC)

continua



Parágrafo Único -

- a) -
- b) -
- c)

Art. 7º – Na seção XIII insere-se o artigo 93-A e o artigo 92 da Lei Complementar 281/19 passa a vigorar da seguinte forma:

**“SEÇÃO XIII
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PLANEJAMENTO (SOP)**

Art. 92) - A Secretaria Municipal de Obras e Planejamento é composta das seguintes unidades administrativas:

I – Gabinete do Secretário

II - Diretoria Administrativa (DA/SOP)

II.1 – Coordenadoria Administrativa (CA/SOP)

III – Diretoria de Urbanismo (DU/SOP)

III.1 - Coordenadoria de Programas Urbanísticos(CP/SOP);

III.2 – Coordenadoria de Cadastro Imobiliário (CI/SOP);

IV - Diretoria de Obras Públicas (DO/SOP)

Art. 93-A) – À Diretoria Administrativa compete:

I – dirigir, coordenar e assessorar as atividades desenvolvidas pelo Diretoria sob sua responsabilidade dentro das normas e diretrizes superiores da Administração Municipal;

II - assessorar o secretário na tomada de decisões e na formulação de programas, projetos relacionados com a área de sua competência;

III - dirigir, planejar, organizar e supervisionar as atividades, planos e programas das áreas administrativas da secretaria;

continua



IV - sugerir políticas estratégicas de gestão dos recursos financeiros, administrativos e adequação de processos, bem como desempenhar as funções correlatas à sua área.”

Art. 8º - Na seção XIV insere-se o artigo 102-A e os artigos 98 a 102 da referida Lei Complementar passarão a vigorar da seguinte forma:

**“SEÇÃO XIV
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVICOS PÚBLICOS (SSP)**

Art. 98 - À Secretaria Municipal de Serviços Públicos será composta das seguintes unidades administrativas:

- I – Gabinete do Secretário
 - I.1 – Assessoria de Gabinete (AG/SSP)
- II - Diretoria Administrativa (DA/SSP)
 - II.1 – Coordenadoria de Compras e Licitações (CC/SSP)
 - II.2 – Coordenadoria de Almoxarifado Central da Prefeitura (CAC/SSP)
- III – Diretoria de Transporte e Resíduos Sólidos (DT/SSP)
 - III.1 – Coordenadoria de Transporte e da frota (CT/SSP)
 - III.2 – Coordenadoria de Resíduos Sólidos (CR/SSP)
- IV – Diretoria de Conservação das Vias Públicas e Serviço Funerário (DC/SSP)
 - IV.1 – Coordenadoria de Vias Públicas (CV/SSP)
 - IV.2 – Coordenadoria do Serviço Funerário (CF/SSP)
 - IV.1.1 – Chefia do Cemitério de Cordeirópolis
 - IV.2.1 – Chefia do Cemitério de Cascalho
- V – Diretoria de Paisagismo e Limpeza Pública (DP/SSP)
 - V.1 – Coordenadoria de Praças e Arborização (CP/SSP)
 - V.2 – Coordenadoria de Manutenção Rural e de Mananciais de Água (CM/SSP)
 - V.3 – Coordenadoria de Limpeza Pública e Manutenção de Galerias (CL/SSP)

continua